

A relação entre a “lei do rei” (dat) e a “lei de Deus” (Torá) em Esdras 7.11–26 e Neemias 8.1–18

The relationship between the “law of the king” (dat) and the “law of God” (Torah) in Ezra 7.11–26 and Nehemiah 8.1–18

Marcela de Jesus Dias ^[a] 

Curitiba, PR, Brasil

^[a] Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Marcos Antonio Lopes dos Santos Filho ^[b] 

Curitiba, PR, Brasil

^[b] Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Como citar: DIAS, Marcela de Jesus; FILHO, Marcos Antonio Lopes dos Santos. A relação entre a “lei do rei” (dat) e a “lei de Deus” (Torá) em Esdras 7.11–26 e Neemias 8.1–18. *Revista Pistis & Praxis, Teologia e Pastoral*, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 17, n. 03, p. 460-475, set./dez. 2025. DOI: <http://doi.org/10.7213/2175-1838.17.003.DS06>

Resumo

Este artigo investiga a relação entre a “lei do rei” (dat) e a “lei de Deus” (Torá) nos textos de Esdras 7.11–26 e Neemias 8.1–18, com foco na influência persa no envio de Esdras para instruir os judeus, no contexto do pós-exílio. O problema central é entender qual a influência e o interesse persa na ação de Artaxerxes, ao enviar Esdras a Judá, e como essa relação se reflete na interação entre a legislação persa (dat) e a tradição religiosa judaica (Torá). O objetivo geral deste artigo é analisar como a política e a religião persa interagem com a tradição religiosa judaica nos textos mencionados, a fim de identificar influências persas da “lei do rei” na “lei de Deus”, destacando possíveis aproximações entre elas. A metodologia é bibliográfica na análise dos textos bíblicos e no estudo comparativo com fontes históricas sobre o Império Persa. Os textos

^[a] Doutoranda em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Possui Mestrado em Teologia na área de exegese e teologia bíblica pela PUCPR, e-mail: marcela.jesus@pucpr.edu.br

^[b] Mestrando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e-mail: filho.malsf@gmail.com

escolhidos não se limitam a uma abordagem teológica, mas evidenciam um contexto Imperial Persa por trás das narrativas, apontando para uma supremacia que prezava pela estabilidade do Império.

Palavras-chave: Lei de Deus. Lei do rei. Estabilidade imperial. Império Persa. Esdras.

Abstract

This article investigates the relationship between the “law of the king” (dat) and the “law of God” (Torah) in the texts of Ezra 7:11-26 and Nehemiah 8:1-18, focusing on the Persian influence in sending Ezra to instruct the Judahites in the post-exilic context. The central problem is to understand the Persian influence and interest in Artaxerxes' action in sending Ezra to Judah, and how this relationship is reflected in the interaction between Persian legislation (dat) and Jewish religious tradition (Torah). The general aim of this article is to analyze how Persian politics and religion interact with Jewish religious tradition in the texts mentioned, in order to identify Persian influences of the “king's law” on the “law of God”, highlighting possible approximations between them. The methodology is bibliographical in the analysis of the biblical texts and in the comparative study with historical sources on the Persian Empire. The texts chosen are not limited to a theological approach, but show a Persian Imperial context behind the narratives, pointing to a supremacy that valued the stability of the Empire.

Keywords: Law of God. The king's law. Imperial stability. Persian Empire. Ezra.

Introdução

O Império Persa surge no cenário mundial por volta dos séculos V e IV a.C., seus domínios se estendiam por um vasto território. Os persas tinham um potencial militar, eram intelectuais, detentores de uma cultura sofisticada e uma economia consistente. No entanto, tinham uma política diferenciada daqueles que vieram antes, como os Assírios e os Babilônios. Permitiam que as nações conquistadas preservassem suas crenças e cultos e o retorno dos exilados às suas terras.

Judá fazia parte do domínio persa e foi denominada como província na metade do século V. Os exilados receberam a permissão de Ciro para regressarem à sua terra para reconstruir o Templo que havia sido destruído. Três retornos a Judá são relatados nos livros de Esdras-Neemias: o primeiro com Sesbazar/Zorobabel, o segundo com Neemias e o terceiro com Esdras. Este artigo concentra-se no retorno de Esdras, o ponto central desta discussão, que levanta duas questões centrais. Primeiro: qual foi a influência e o interesse persa no envio de Esdras para investigar Judá e instruir os judeus na “lei de Deus” (Torá)? Segundo: qual é a relação entre a “lei do rei” e a “lei de Deus” nos textos de Esdras 7.11–26 e Neemias 8.1–18?

Os textos bíblicos de Neemias e Esdras relatam o motivo do retorno de Esdras: para inspecionar Judá, promulgar a lei e levar as ofertas do rei Artaxerxes e de sua corte para o Templo de Jerusalém (Ed 7.11–26). Em Ne 8.1–18, Esdras é apresentado como o “novo Moisés” que foi enviado para regular o culto e fazer com que a Torá fosse cumprida. Esdras tem suma importância nas narrativas, teologicamente, pois foi o responsável em formar uma comunidade exclusiva e pura, garantindo, desse modo, o futuro do judaísmo. Esdras e Neemias são considerados como heróis religiosos, pois são movidos de uma profunda preocupação com Jerusalém (Ne 1.4 e Ed 7.10) e, em ambos, aparece a mão “benfazeja/benévolas” de Deus sobre eles (Ne 1.8b e Ed 1.9). No entanto, teriam as narrativas apenas um sentido teológico ou haveria também um fundo histórico, com motivações e interesses imperiais no envio de Esdras a Judá?

Historicamente, parece haver motivações e interesses do governo persa por trás das narrativas de Esdras e Neemias. Neste artigo, tais motivos são apresentados e desenvolvidos como possíveis hipóteses, com base em bibliografias sobre o tema. A metodologia adotada é de natureza bibliográfica. O objetivo geral deste artigo é: analisar a interação entre a política e a religião persa e sua relação com a tradição religiosa judaica nos textos de Esdras 7.11–26 e Neemias 8.1–18, a fim de identificar possíveis influências persas na concepção da “lei do rei” (dat) e da “lei de Deus” (Torá).

Os objetivos específicos são: Compreender a política e a religião persa imperial na história dos séculos V e IV a.C.; analisar o contexto histórico persa e sua relação com a tradição religiosa judaica para compreender a missão de Esdras sob ordem do rei persa; e investigar o significado da “lei do rei” (dat) e sua influência sobre a “lei de Deus” (Torá) nos textos de Esdras 7.11–26 e Neemias 8.1–18. O artigo está dividido em três partes em resposta a cada objetivo proposto.

Política e a religião persa imperial na história dos séculos V e IV a.C.

Na ascendência dos Impérios mundiais são perceptíveis semelhanças e diferenças. Muitos aspectos são comuns, como a extensão do poder em nome de um deus; táticas de guerra e administração. Outros, são peculiares a cada um, como no culto a divindade. O Império Persa surge no cenário mundial por volta dos séculos V e IV a.C., seus domínios se estendiam do Indo ao Helesponto e às primeiras cataratas do Nilo.

Llewellyn-Jones (2023) afirma que os persas eram intelectuais, com potencial militar, detentores de uma cultura sofisticada e uma economia consistente. Tiveram suas origens como uma sociedade tribal e se tornaram um grande Império em um período de novecentos anos.

Os reis persas assumiram para si ideias, títulos e uma divindade restrita, Ahura Mazda (Senhor da Sabedoria). Detinham o poder mundial, ilimitado, como nunca antes visto; isso, no entanto, não excluía o fato de terem inimigos (Gerstenberger, 2011). Uma característica marcante do Império era em ser “multicultural”, como Dario, o Grande, descrevia (Llewellyn-Jones, 2023).

A língua, a divindade e a cultura eram normalmente impostas aos povos conquistados sempre que novos soberanos ascendiam ao poder no mundo. Porém, a política persa se distingue neste ponto. A língua oficial dos persas era o aramaico, o livro sagrado o Avesta e, a divindade, Ahura Mazda. Percebe-se na história que a língua e a religião persa não eram impostas. “Preferiam utilizar idiomas locais para seus decretos e empregaram o aramaico como uma forma de língua franca de uma ponta à outra dos territórios imperiais, de modo a promover uma comunicação eficaz – e imparcial” (Llewellyn-Jones, 2023, p. 20). O mesmo acontece com os cultos locais dos conquistados, eles têm certa “liberdade” para cultivar suas religiões e crenças.

Por outro lado, o governo persa negava a independência política, militar e econômica dos seus conquistados, ou seja, todos estavam sob a administração persa. Em comparação com os impérios anteriores, assírios e babilônios, os persas “aparentavam” um governo menos cruel, desde que seus conquistados pagassem os impostos em dia e não se rebelassem contra o poderio do Império (Gass, 2004). Esse poder se fazia presente em todo território por meio da organização do estado: no recrutamento de soldados, guerras, impostos, direitos permitidos ou não. E, da propaganda imperial nas capitais através dos palácios e inscrições como o rochedo de Behistun. (Gerstenberger, 2011)

A política persa tem certo interesse a “[...] não destruição das cidades conquistadas, não destruição ou proibição dos Deuses protetores dos exércitos inimigos. A adoção de tais estratégias será fundamental para controlar as rotas comerciais e, ao mesmo tempo comprovar a expansão do império” (Frizzo, 2022 p. 223).

Algumas inscrições arqueológicas ajudam a ilustrar as relações dos reis persas com os povos dominados. O cilindro de Ciro, que hoje se encontra no Museu Britânico¹ é um cilindro de argila, que contém um relato da conquista da Babilônia por Ciro em 539 a.C. O texto está incompleto na sua forma atual, mas é possível compreender parte de seu conteúdo:

Eu, Ciro, rei do império, grande e poderoso rei, rei da Babilônia, rei da Suméria e Acádia, rei dos quatro cantos do mundo, filho de Cambises, o grande rei, rei de Anshan, neto de Ciro, o grande rei, rei de Anshan, descendente de Šišpiš (Teispes), o grande rei, rei de Anshan, semente eterna da realeza, a cujo reinado Bel e Nabû se afeiçoaram e cujo reino desejaram para o deleite de seus corações, quando entrei em Babilônia em paz, estabeleci o trono do governo com jubilo e alegria e o palácio do príncipe (Gerstenberger, 2011, p. 48 *apud* Galling, 1968, p. 83, tradução nossa²).

¹ [cilindro | Museu Britânico](#)

² I, Cyrus, king of the empire, great and powerful king, king of Babel, king of Sumer and Akkad, king of the four shores of the world, son of Cambyses, the great king, of the king of Anšan, the nephew of Cyrus, of the great king, of the king of Ašan, descendant of Šišpiš (Teispes), of the great king, of the king of Anšan, eternal seed of the kingdom, to whose reign Bel and Nabû were endeared and whose kingdom they desired for the delight of their hearts, when I entered Babel peacefully I established the seat of government with jubilation and joy and the palace of the prince.

Ciro foi escolhido pela própria divindade da Babilônia, Marduk, para ser o novo governante mundial: “Ele examinou todos os países, olhou ao redor entre seus amigos; tomou um príncipe justo pela mão: chamou Ciro, o rei de Anshan, e chamou seu nome para governar todo o universo” (Gerstenberger, 2011, p. 48 *apud* Galling, 1968, p. 83, tradução nossa³). Ciro se apresenta como um adorador de Marduk e que foi designado por ele para trazer a paz a Babilônia.

Na bíblia hebraica, o terceiro Isaías apresenta Ciro como um messias: “Assim diz Iahweh ao seu **ungido**, a Ciro que tomei pela destra, a fim de subjugar a ele as nações e desarmar reis, a fim de abrir portas diante deles, a fim de que os portões não sejam fechados” (Isaías 45.1, grifo nosso). Neste relato, Ciro é escolhido por Iahweh, o Deus dos Judaítas.

Outra inscrição é a de Xanthos na Lícia, uma pedra retangular em três idiomas: aramaico, grego e lício. “Trata-se de um decreto da cidade de Xanto referente à instauração de um culto a duas divindades locais, o Rei de Cauno (cidade ao sul da Cária, região a noroeste da Lícia) e Arggazuma (grego Αρκεσψας). Data de meados do século 4º a.C.” (Macedo, 2021, p. 21). Na versão em aramaico faz menção ao nome de Artaxerxes e o primeiro ano de seu reinado, talvez seja Artaxerxes IV. A inscrição tem importância, pelo fato de mostrar como o governo persa lidou com a implantação de um culto local (Grabbe, 2021).

A inscrição de Udjahorresnet é um testamento (estátua) de um funcionário da corte persa, conhecido também pelas suas funções como comandante da marinha real, administrador do palácio, médico, escriba e profeta de Neith. A inscrição faz menção a Cambises, o rei persa, que atende ao pedido de Udjahor para expulsar os estrangeiros do Templo de Neith:

O Grande Chefe de todas as terras estrangeiras, Cambises, veio ao Egito, e os povos estrangeiros de todas as terras o acompanhavam. Quando ele conquistou completamente esta terra, eles se estabeleceram nela, e ele se tornou o Grande Governante do Egito e o Grande Chefe de todas as terras estrangeiras. Sua majestade me nomeou para o cargo de chefe dos médicos. Ele me fez viver ao seu lado como companheiro e administrador do palácio...

Fiz uma petição à majestade do Rei do Alto e do Baixo Egito, Cambises, a respeito de todos os estrangeiros que habitavam o templo de Neith, com o objetivo de expulsá-los dali, para que o templo de Neith pudesse voltar a brilhar em todo o seu esplendor, como era antes. Sua majestade ordenou a expulsão de todos os estrangeiros que habitavam o templo de Neith, a demolição de todas as suas casas e de todas as coisas impuras que estavam naquele templo...

O príncipe, conde, portador do selo real, companheiro único, profeta daqueles por quem se vive, o chefe dos médicos, Udjahorresne, filho de Atemirdis, declara: A majestade do Rei do Alto e do Baixo Egito, Dario, que vive eternamente, ordenou que eu retornasse ao Egito — quando sua majestade estava em Elão e era o Grande Chefe de todas as terras estrangeiras e o Grande Governante do Egito —, com o propósito de restaurar a instituição da Casa da Vida, após sua decadência. Os estrangeiros me levaram de país em país. Eles me entregaram ao Egito conforme a ordem do Senhor das Duas Terras. Fiz como sua majestade havia ordenado. Providenciei para eles todo o corpo de funcionários formado por nobres, sem nenhum de origem humilde entre eles. Coloquei-os sob a responsabilidade de cada homem sábio [para que os ensinassem] em todas as suas artes. Sua majestade ordenou que lhes fossem dadas todas as coisas boas, para que pudessem exercer plenamente suas habilidades. Eu os abasteci com tudo o que lhes era útil, com todos os equipamentos registrados, assim como fora anteriormente. Sua majestade fez isso porque reconhecia o valor dessa corporação em curar todos os doentes, em fazer perdurar eternamente os nomes de todos os

³ “He scrutinized all of the countries, looked around among his friends; he took a just prince by his hand: he called Cyrus, the king of Anšan, he called his name to rule over the whole universe.”

deuses, seus templos, suas oferendas e a celebração de seus festivais (Grabbe, 2021, p. 113 *apud* Lichtheim, 1980, p. 36-41, tradução nossa⁴)

A inscrição de Udjahorresnet demonstra o oposto ao relato de Heródoto, que fez um relato bem negativo de Cambises, mencionando que destruiu os templos egípcios, e matou o touro Apis (João, 2005).

A estátua de Dário, descoberta em Susa, tem inscrições em línguas persas antigas, elamita, babilônico e egípcio. Relata a preocupação de Dário I com a prosperidade dos templos egípcios. Há um paralelo com a inscrição de Udjahorresnet, Dário dá continuidade ao que Cambises tinha começado, pois não supriu o culto egípcio tradicional (Grabbe, 2019). Na inscrição, Dário é mencionado como escolhido pelo deus egípcio Aton:

[...] Escolhido (entre outros) por Aton, o soberano de On (isto é, Heliópolis), para tornar-se o soberano de tudo o que é cercado pelo disco solar (ou seja, de toda a terra). Ele (Aton) reconheceu que este é seu filho, seu protetor... (a deusa) Neith lhe entregou seu arco, que estava em sua mão, para que ele derrubasse todos os seus inimigos... Seu poder é comparável ao (poder do deus da guerra) Montu... o gigante, o rei dos reis... [o filho] do deus Vishtaspa, um aquemênida, que começou a brilhar como rei do Alto e do Baixo Egito sobre o trono de Hórus dos vivos, semelhante ao Sol, que precede eternamente os deuses [...]. (Grabbe, 2019, p. 115,116, *apud* Dandamaev e Lukonin 1989, p. 355).

A estátua está exposta atualmente no Museu nacional de Teerã no Irã.

Para os Egípcios, Dário foi escolhido por Aton, já na inscrição trilíngue de Behistun, Dário faz menção a Ahura Mazda como aquele que o escolheu para ser rei. A inscrição de Behistun é um dos achados mais importantes persas, devido a sua extensão. Pode-se considerar o monumento à vitória de Dario I contra o mago Gaumāta. Localizado no alto do monte de Behistun, tem 18 metros de comprimento por 7 metros de altura, da época entre os anos 520 e 519 a.C. (Araújo, 2023).

No parágrafo primeiro consta uma declaração: “Eu (sou) Dario, o grande rei, rei dos reis, rei na Pérsia, rei dos países, filho de Histaspes, neto de Arsames, um Aquemênida”. E, no parágrafo quinto: “Diz Dario, o rei: pela vontade de Ahura Mazda, eu sou rei; a mim Ahura Mazda outorgou o império”. Por várias vezes a divindade é mencionada na inscrição como “pela vontade de Ahura Mazda” (Araújo, 2023, p. 9–10).

⁴ The Great Chief of all foreign lands, Cambyses came to Egypt, and the foreign peoples of every foreign land were with him. When he had conquered this land in its entirety, they established themselves in it, and he was Great Ruler of Egypt and Great Chief of all foreign lands. His majesty assigned to me the office of chief physician. He made me live at his side as companion and administrator of the palace... I made a petition to the majesty of the King of Upper and Lower Egypt, Cambyses, about all the foreigners who dwelled in the temple of Neith, in order to have them expelled from it, so as to let the temple of Neith be in all its splendor, as it had been before. His majesty commanded to expel all the foreigners [who] dwelled in the temple of Neith, to demolish all their houses and all their unclean things that were in this temple... The prince, count, royal seal-bearer, sole companion, prophet of those by whom one lives, the chief physician, Udjahorresne, born of Atemirdis, he says: The majesty of the King of Upper and Lower Egypt, Darius, ever-living, commanded me to return to Egypt—when his majesty was in Elam and was Great Chief of all foreign lands and Great Ruler of Egypt—in order to restore the establishment of the House of Life—, after it had decayed. The foreigners carried me from country to country. They delivered me to Egypt as commanded by the Lord of the Two Lands. I did as his majesty had commanded me. I furnished them with all their staffs consisting of the wellborn, no lowborn among them. I placed them in the charge of every learned man [in order to teach them] all their crafts. His majesty had commanded to give them every good thing, in order that they might carry out all their crafts. I supplied them with everything useful to them, with all their equipment that was on record, as they had been before. His majesty did this because he knew the worth of this guild in making live all that are sick, in making endure forever the names of all the gods, their temples, their offerings, and the conduct of their festivals.

De modo peculiar, Ahura Mazda não é a única divindade da inscrição, também faz menção a “deuses” nos parágrafos 62 e 63:

§62 Diz Dario, o rei: isso (é) o que eu fiz num único e mesmo ano; pela vontade de Ahura Mazda, eu fiz; Ahura Mazda me trouxe ajuda, **bem como os outros deuses que existem**. §63 Diz Dario, o rei: por isto Ahura Mazda me trouxe ajuda, **bem como os outros deuses que existem**: porque não fui desleal, não fui mentiroso, não fui malfeitor, nem eu, nem a minha família; eu me comportei de acordo com a retidão; não fiz mal ao fraco, nem ao forte; o homem que se esforçou em minha casa, eu o tratei bem, o que causou dano, eu o puni rigorosamente (Araújo, 2023, p. 26, grifo nosso).

Gestemberger afirma que “o zelo por Ahura Mazda também é documentado por outros aquemênidas” (2005, p. 51, tradução nossa). Como numa inscrição de Xerxes, de modo contrário às inscrições acima citadas, Xerxes destrói um templo para colocar a adoração a Ahura Mazda:

Ahura Mazda é o grande deus que fez esta terra aqui, que fez o céu lá, que criou o homem, que trouxe fortuna para o homem, que nomeou Xerxes como rei, o único rei de muitos, o único governante de muitos. 52 Entre essas nações, havia uma onde os Daivas costumavam ser venerados, mas graças a Ahura Mazda, eu destruí o santuário dos Daivas. Eu decretei “que os Daivas não podem mais ser adorados”. Onde os Daivas antes eram venerados, agora eu venero Ahura Mazda, no tempo determinado e de acordo com o ritual (correto) (Gestemberger, 2005, p. 51).

A partir das inscrições mencionadas, percebe-se que, por vezes, há divergências quando o assunto é a religião. No entanto, observa-se um padrão nas inscrições: a presença de uma divindade à qual o rei está vinculado. Para os babilônios, Ciro é o enviado de Marduk, para os Judaítas, é o enviado de Iahweh. Cambises é quem autoriza a restauração do templo de Neith; Dário é o escolhido de Aton para os egípcios e, para os persas, é o escolhido de Ahura Mazda. Xerxes se mostra adorador exclusivo de Ahura Mazda e tem zelo por ele.

Gerstenberger (2011), afirma que os persas consideram as religiões espalhadas como inofensivas, porém se existisse alguma revolta contra o Império, os impostos não fossem pagos ou viesse a existir alguma resistência, os reis interviriam, até mesmo, nos templos e no sacerdócio para manter o controle. A ideologia persa era marcante por todo o território conquistado, por vontade divina de Ahura Mazda.

Contexto histórico persa e sua relação com a tradição religiosa judaica: a missão de Esdras sob ordem do rei persa

As conquistas Persas se estenderam por um vasto território, incluindo Judá e a estimada Jerusalém dos judeus, que havia sido destruída pelos babilônios (2Reis 25.8–10). Os judeus retornam a sua terra a partir do edicto de Ciro nos relatos bíblicos (Ed 1.1–4), mas historicamente o regresso acontece sob as ordens de Dário I (Frizzo, 2022).

O Império Persa foi dividido em 20 satrapias, que foram divididas em regiões menores, as províncias. Judá fazia parte da V satrapia e, provavelmente na metade do séc. V, foi nomeada como província separada de Samaria (Frizzo, 2022). O retorno a Judá foi apoiado pelo governo persa, tanto Neemias como Esdras viajaram a Judá sob as ordens dos reis persas.

A pergunta que envolve parte do problema deste artigo é: qual a influência e o interesse persa na ação de Artaxerxes ao enviar Esdras a Judá? Com a expansão do império e tantas províncias para administrar, é tentador pensar qual foi o motivo da carta do rei em Ed 7.11–26 para promulgar a Torá como lei do rei.

Algumas hipóteses são levantadas, como a do restabelecimento do culto judaico com elementos persas. Parece que os reis persas influenciavam as satrapias por meio de sua crença, não por imposição

direta, mas por meio de aproximações que se tornariam visíveis ao longo do tempo. A religião judaica pode ter assimilado elementos do pensamento persa, especialmente no campo do imaginário religioso e nas ações da promulgação da lei de Deus como lei do rei (Toorn, 2025).

Influências indiretas são evidenciadas por Toorn (2025) como a imagem do disco solar alado, que representava Ahura Mazda, utilizada em todo o Império Persa, pode ser vista como uma representação visual da expressão “Deus dos céus” nos textos de Esdras (cf. Ed 1.2; 7.12) e de Elefantina (“Senhor do céu”). Posteriormente, se utilizou “céu” no lugar do nome de “Deus”, como um código, aparece em 1 Macabeus (3.50; 4.10; 9.46) e nos Evangelhos, em Lucas (Lc 15.18).

Entendia-se esse título como uma designação do Deus mais elevado. No entanto, os judaítas se apropriam do título, vinculando-o ao seu Deus, considerado o único. Toorn (2025) também considera outro elemento de influência: a forma como a pessoa do imperador era vista pelos súditos judaítas. O Imperador era o governante do mundo da época, tinha o domínio sobre diferentes nações. Desse modo, o Deus dos judaítas passa a ser percebido como tal governante, ocorre uma virada para o monoteísmo, agora Deus é o rei do mundo.

Outros elementos são aproximados, como a inserção de anjos no imaginário religioso judaico. Se Deus passou a ser visto como o rei, ele já não podia ser acessível a todos. Assim como o imperador tinha uma corte real, com vários mediadores entre ele e o povo, também o Deus dos judaítas passou a ser representado em uma estrutura similar. O círculo mais íntimo do rei, conforme relatado em Ed 7.14 e Est 1.14 são seus “sete conselheiros”. Da mesma forma, Deus conta com anjos que são seus mensageiros e tem funções de mediação. Para Toorn (2025) a noção dos sete “anjos da presença” é uma das principais especulações religiosas.

Com o passar do tempo, o restabelecimento do culto judaico passa a incorporar esses elementos. A autorização do rei para que Esdras fosse a Judá reforça a ideia de que o rei era favorável ao povo e à sua fé, e não contrário a ela. Nota-se um paralelo entre o envio de Esdras, com o objetivo de restabelecer o culto em Judá, e o envio de Udjahorresnet por Dario I para regular a religião egípcia. Apesar de contextos diferentes, isso demonstra que Esdras não foi o único a ser enviado pelo rei para uma determinada missão.

Outra hipótese é que o envio de Esdras tinha também uma motivação política, visando apaziguar revoltas e garantir a continuidade da política de Ciro, no contexto de uma antiga crença que relacionava a aplacação da ira dos deuses à estabilidade política, como se observa em Ed 7.15-21, o rei envia ofertas espontâneas ao Deus de Israel (Walton, 2018).

Já Altmann (2016) comprehende a motivação política do envio de ouro e prata como generosidade do rei, em uma relação de troca de favores, o “apoio financeiro equivale a benção divina” (Altmann, 2016, p. 240). O rei não se declara um adorador do Deus dos judaítas, pois aparecem expressões como: “Deus de Israel” (v.15), “seu Deus” (v.16), “vossa Deus” (v.17), “teu Deus” (v.19 e 20). Mas, no v.24, o rei se mostra leal a este Deus do céu ao providenciar fundos para a construção e isentar os impostos daqueles que trabalhavam no Templo. Para Altmann (2016), a lei de Deus como lei do rei tem um viés econômico, o Templo de Jerusalém foi terminado e o culto seria financiado pelo governo persa e os impostos reduzidos. Essas realizações favoreceriam o rei Artaxerxes aos olhos da comunidade judaíta e de seu Deus.

Mais uma hipótese é levantada em relação a localização de Judá e o interesse persa em “[...] dominar, alargar as fronteiras e fortalecer o império persa” (Frizzo, 2022, p. 228). A meta principal dos persas era o controle das rotas comerciais e, para um próspero crescimento econômico, a reconstrução de Jerusalém foi estratégica, pois ficava no corredor norte-sul, o que impediria qualquer convulsão social (Frizzo, 2022).

Leith (2001) corrobora explicando que as missões de Esdras e Neemias têm relação com a estratégia imperial de fortalecer o domínio em Judá contra a expansão dos gregos no século V e a revolta

egípcia. A lei promulgada por Esdras colaborava para manter as relações entre Judá e o Império e manter a estabilidade política. Leith explica:

A missão de Esdras pode ter resultado na criação de um aparato legal para definir uma comunidade etnicamente circunscrita, a “comunidade dos exilados” da Bíblia, ou “Israel”. Tal comunidade poderia obter privilégios da autoridade persa; segundo a visão imperial, toda terra conquistada era do grande rei para distribuir. Os exilados que retornassem ou os leais locais poderiam esperar se beneficiar de tais expressões tangíveis de patrocínio real. Ao mesmo tempo, no entanto, eles constituiriam uma elite leal, social e economicamente ligada ao império (Leith, 2001, p. 289, tradução nossa⁵).

Para Finkelstein e Silberman (2018, p. 311), a volta dos exilados a partir do édito de Ciro foi “[...] uma política bem calculada visando servir aos do Império Persa”. Havia interesse por parte dos governantes persas em permitir a volta dos exilados, assim como a reconstrução das muralhas e do Templo. Os responsáveis em realizar as obras em Jerusalém estão sob as ordens do rei: Neemias e Esdras, um para reconstruir as muralhas e o outro para restabelecer o culto (Frizzo, 2022).

O envio de Esdras para inspecionar e promulgar a lei, também pode ter relação em manter o Templo funcionando adequadamente (Ed 7.19–21). Os tributos não seriam cobrados dos funcionários do Templo, porém o povo não estaria isento e teria de pagar. Rossi (2020) descreve que os povos sob o domínio persa eram obrigados a pagar os tributos, em espécie ou em metal. Rossi (2020, p.15) também relata que “[...] essa relação entre o Império e o povo era intermediada pelo Templo de Jerusalém. Era o templo o responsável por arrecadar os produtos agropecuários dos camponeses”. O Templo passa a ser o centro econômico, político e religioso. A função de Esdras parece estar ligada diretamente ao funcionamento do Templo, o que garantia as contribuições em dia para o Império.

Várias são as hipóteses sobre o envio de Esdras por Artaxerxes. Considera-se que o motivo esteja diretamente relacionado à manutenção da estabilidade imperial, seja por meio dos elementos do pensamento persa vinculados ao restabelecimento do culto em Judá, evidenciados por Toorn (2025), ou, com o objetivo de aplacar a ira do Deus de Israel por meio de ofertas, garantindo assim, ao rei persa e a seus filhos, um governo estável (Walton, 2018). Também se cogita uma relação de troca de favores, em que o apoio financeiro seria retribuído pela bênção divina (Altmann, 2016); ou ainda a localização estratégica de Jerusalém no corredor norte-sul, que serviria para impedir revoltas locais (Frizzo, 2022), também como fortificar o domínio no território contra a expansão grega (Leith, 2001); ou, então para manter o Templo funcionando para assegurar o pagamento em dia dos tributos (Rossi, 2020). Todas essas hipóteses convergem para a intenção de manter a estabilidade imperial.

Significado da “Lei do Rei” (Dat) e sua influência sobre a “Lei de Deus” (Torá) nos textos de Esdras 7.11–26 e Neemias 8.1–18

⁵ «Ezra's mission may have resulted in the creation of a legal apparatus for defining an ethnically circumscribed community, the Bible's “community of exiles,” or “Israel.” Such a community could gain privileges from the Persian authority; according to the imperial view, all conquered land was the great king's to distribute. Returning exiles or local loyalists could hope to benefit from such tangible expressions of royal patronage. At the same time, however, they would constitute a loyal elite, socially and economically bound to the empire.»

Os livros Esdras e Neemias nas Bíblias atuais são livros separados, no entanto, o cânon hebraico apresenta um só livro com o nome de Esdras, assim como outros livros do cânon⁶. Na pesquisa bíblica, há um consenso de que esses livros compõem uma só obra literária. O livro se comprehende mais como uma composição teológica do que histórica e cronológica, remontar o texto traz certas dificuldades (Steins, 2003; Tünnermann, 2001).

A construção da narrativa de Esdras-Neemias parece apresentar um certo padrão: pedido aos reis persas de Neemias e Esdras para ir a Judá (Ne 2.4-5; Ed 7.1-6); o pedido concedido (Ne 2.6-8; Ed 7.6b); a viagem para Judá (Ne 2.9-10, Ed 7.27-8.31); a chegada em Judá (Ne 2.10-11, Ed 8.32-36); a realização da tarefa (Ed 3.1-3, 8-13; 5.1-2; 9.9; 10 [restabelecer a ordem], Ne 2.11-18, 3.1-32); a oposição dos governantes da província; recorrência a corte persa e o pedido concedido; festa para comemorar (Toorn, 2025).

Essas semelhanças indicam uma realidade histórica por traz da construção da narrativa. A ida para Judá e a preocupação em restabelecer a vida como era antes do exílio são evidentes nos textos, pois se repetem por várias vezes na saga da reconstrução e da oposição. Sesbazar, Zorobabel e Neemias nas narrativas tem o papel de reconstruir (altar, templo e muralhas), já Esdras tem a tarefa de investigar e instruir a lei de Deus sob as ordens da lei do rei.

Os dois capítulos centrais para este artigo tratam da missão de Esdras em Ed 7.11-26 e Ne 8.1-18. O objetivo aqui é analisar como a política e a religião persa interagem com a tradição religiosa judaica nos textos mencionados, a fim de identificar influências persas da “lei do rei” na “lei de Deus”, destacando possíveis aproximações entre elas.

Análise das palavras Torá e Dât

A etimologia da palavra “Torá” vem do verbo “yārâ” que no seu significado literal é “jogar” ou “atirar”, na explicação de “atirar uma flecha”, com intuito de acertar um alvo. Quando está no passivo (Nif) se coloca por alguém que foi atingido por algo, e quando está no ativo (Hif) em quem executa para o alvo, também é colocado para quem aponta para algo. É nesse sentido que vem o entendimento de ensinar ou de instruir, podendo ser colocado por ensinar uma habilidade ou conhecimento de algo (Davidson, 2018, p. 561).

Segundo Davidson, o sentido da Torá na tradução é de ensinamento, voltado para a prática, e não no sentido de determinação ou lei. O ensinamento seria optativo ou de sabedoria para vida. Corroborando essa ideia, Hartley (1998) explica que o ensinamento era algo dos sábios ligado a uma linguagem sapiencial de provérbios. Ele também argumenta que esse ensino está associado à unção do Espírito Santo, ao se posicionar no texto de Êxodo 35.34 em que Bezalel e Aoliabe recebem habilidades e ensinamentos para construir a tenda no deserto. Por último, o autor entende que o próprio Deus é descrito como mestre ao ensinar, pois ensinou a Moisés o que fazer e o que dizer.

A etimologia da palavra “dât” vem do Caldaico que significa literalmente “lei”, “estatuto”, também “édito” e “decreto”. Essa palavra é a própria raiz, e deriva outras palavras, bem como “databar”, que significa advogado ou juiz (Davidson, 2018, p. 327).

Para Wolf (1998), essa expressão aparece cerca de vinte vezes em Ester, uma vez em Esdras e várias vezes em aramaico em Esdras e Daniel. Mesmo que a forma como se escreve tanto em aramaico quanto em

⁶ 1Samuel e 2Samuel; 1Reis e 2Reis; 1Crônicas e 2Crônicas. Esses livros em sua composição primária formavam uma unidade e foram separados a partir da LXX.

hebraico não mude. É notório que essa palavra aparece em livros do período persa, devido a alguma influência linguística. Wolf (1998) reforça a ideia de que essa palavra substitui o termo “Torá”, que como já foi visto, tem o significado de ensinamento, porém agora incorpora o significado de lei ou decreto. Para os Persas, “Dāt”, em sua essência, representava as palavras do Rei, como ele queria que se manifestasse, se trocavam Lei ou decreto. Wolf (1998) também menciona que um exemplo claro foi a convocação da Rainha Vasti pelo rei a sua corte; porém, ao recusar-se a comparecer, foi emitido um edital que a depunha, o qual foi enviado por escribas a todas as satrapias do reino, pois havia se tornado “a lei dos medos e dos persas” (Est 1.19).

Outra comparação feita pelo autor, são as armadilhas que tramaram tanto para Daniel, quanto para os judeus por ordem de Hamã, em que os acusadores, argumentavam que Daniel e os judeus não respeitavam as leis do império, e que tinham uma lei diferente. Principalmente em estabelecer uma distância “entre a lei do seu Deus e a lei do rei”. Em último, argumenta que “dat” ocorre em Esdras para apoiar as reformas de Esdras na satrapia judaíta (Wolf, 1998).

Entendendo os significados das palavras “Torá” e “Dat”, pode-se notar que o conceito de “Dat” tem um sentido legal e de decreto, diferente do que seria os ensinamentos da “Torá”. Porém, a partir das fontes pós exílicas deuteronomistas, percebe-se que a “Torá” vai pouco a pouco incorporando esse significado de lei.

Na declaração de Hartley (1998, p. 662): “A palavra da Torá [...] se refira ao sábio a instruir seu filho, quer a Deus a instruir Israel”. O autor desenvolve essa tese em Deuteronômio, porém ao decorrer, ele abrange junto com a lei moral, interpretada pelo ensino, e no final ganha corpo como “livro-guia [...] instituição”, de certo modo que, “o rei devia ter a sua própria cópia e lê-la todos os dias de sua vida, para que aprendesse a temer a Yahweh mediante a guarda de todas as palavras da lei” (Hartley, 1998, p. 663). Ou seja, a lei se tornaria suprema, e estaria acima de todos e o rei deveria velar por ela, pois, seu reinado estava subordinado a Lei. Aparentemente parece que os ensinamentos agora viraram decretos.

Esdras 7.11-26 e Neemias 8.1-18

A missão de Esdras em Ed 7 e a execução em Ne 8.1–18 parece ter certa aproximação. O resrito de Artaxerxes (Ed 7.11–26) demonstra que o rei é favorável ao pedido de Esdras: “o rei lhe concedeu tudo o que pediu” (Ed 7.6b). A cópia enviada junto a Esdras tem o objetivo de garantir que os judeus que vivessem em Babilônia pudessem partir junto com Esdras (v.13); inspecionar Judá e Jerusalém (v.14); levar ofertas do rei e dos seus conselheiros para serem oferecidas no templo (v.15–20) e promover a Torá como lei do rei para todo o povo da Transeufratênia (25–26).

Em Esdras, a execução de estabelecer a Torá como lei é implícita, pois narra apenas a indignação de Esdras (Ed 9.3) e a ruptura dos matrimônios estrangeiros. Já em Ne 8.1-18, a narrativa é detalhada e mais bem desenvolvida. Esdras aparece como um “novo Moisés”, um novo legislador, mas agora é sob a autorização do rei persa que proclama a Torá. A Torá é lida diante da assembleia e interpretada (v.3, v.8), junto com Esdras estavam os levitas, que colaboravam para a explicação da Torá ao povo (v. 4, 7). A resposta do povo à primeira leitura da Torá está em realizar uma celebração (v.10–12), na segunda leitura é a implementação da festa das Cabanas (v.16–17). E, na terceira leitura, é realizada uma cerimônia expiatória (Ne 9) de reconhecimento dos pecados. O capítulo dez narra o resultado dessas leituras, um compromisso é assumido pela comunidade judaíta em relação a Torá e ao Templo.

O modo como a Torá é proclamada ao povo em Ne 8.1–8 tem aproximação com a liturgia persa na proclamação da lei do rei aos seus súditos (Whitters, 2017). Mesmo que a narrativa não seja precisamente histórica, o contexto persa é evidente no modo com que a Torá é proclamada. Várias inscrições e relevos

demonstram a representação do rei e seus cortesões reais em Persépolis, como nas escadarias de Apadana; em Naqsh-i Rustam (complexo de tumbas), e a escultura de Behistun.

Figura 01 – Escadaria de Apadana

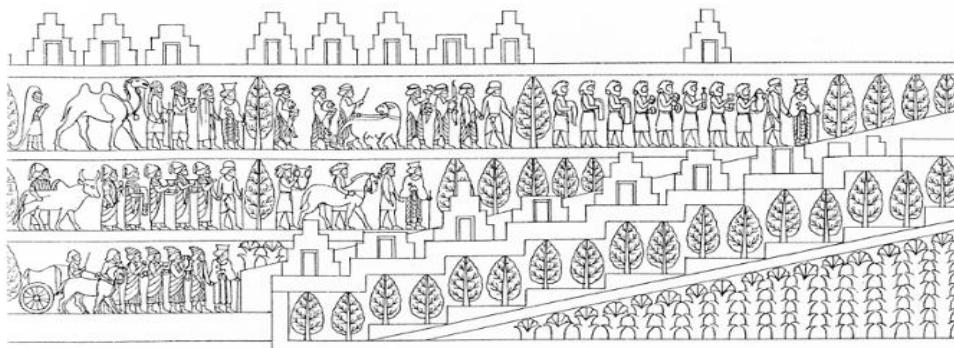


FIGURA 3. Desenho dos grupos de delegados, escadaria de Apadana, fachada leste. Os povos súditos, portadores de presentes, sobem o estrado em direção ao rei, sendo cada delegação conduzida por um contínuo persa. Adaptado de Gerald Walser, *Die Volkerschaften auf den Reliefs von Persepolis* (Berlim: Mann, 1966), pl. 2 desdobrável.

Fonte: Whitters (2017, p. 71).

Esdras era um escriba autorizado, um funcionário da corte e estava familiarizado com a liturgia persa. Whitters (2017) explica certas similaridades:

Primeiro, os relevos e a passagem bíblica comunicam que a autoridade política é mediada ou distribuída pelas instituições ou burocracias que representam. Decisões, julgamentos e padrões não são nitidamente hierárquicos, mas dependem de intermediários e guias para seus súditos. A realeza retratada em Apadana está no topo da ascensão social, mas o compartilhamento de poder caracteriza seu modus operandi. O mesmo é verdade para Esdras, que é elevado acima da assembleia, mas não está sozinho nesta posição ou em sua função de disseminar a lei. Ele é como um mestre de cerimônias, destacando-se na frente como leitor; ainda à sua direita e esquerda estão outros associados à autoridade da Torá (Whitters, 2017, p. 82, tradução nossa⁷).

Esdras está sobre um estrado, acompanhado pelos levitas, para proclamar a lei, assim como o rei se assentava em uma plataforma elevada.

Outra aproximação, feita por Whitters (2017) é no dever do rei persa em impor a lei (dat) e reivindicar a “Verdade”. Igualmente acontece com a comissão de Esdras em estabelecer e fazer cumprir a Torá, ou dat como se refere em Ed 7.25-26. A proclamação da lei na Pérsia e em Judá não é feita por qualquer pessoa, a autoridade está nas mãos das elites de ambos os grupos.

⁷ First, the reliefs and the biblical passage communicate that political authority is mediated or distributed throughout the institutions or bureaucracies they represent. Rulings, judgments, and standards are not sharply hierarchical but rely on intermediaries and guides for their subjects. The royalty depicted at Apadana is at the top of the social ascent, but power sharing characterizes his *modus operandi*. The same is true for Ezra, who is elevated above the assembly yet is not alone in this position or in his function of disseminating the law. He is like a master of ceremonies, prominently standing in front as the reader; yet to his right and left stand others associated with the Torah's authority.

Esdras precisava se enquadrar no contexto persa, evitou se posicionar contrariamente, pois atuava de forma restauracionista da propaganda persa. Em equilíbrio entre judeus e persas:

[...] Esdras eleva o livro - o dāt para os persas e a Torá para os judeus - em vez de se promover. Em vez disso, da mesma forma que Ahuramazda paira à frente da saudação estendida do rei aquemênida, Esdras implica que ele oferece apoio ao "Deus do céu" sem ameaçar a hierarquia aquemênida estabelecida. Esta é a resposta de Esdras aos suspeitos aquemênidas que se perguntam o que ele está tentando fazer neste empreendimento nacionalista, e talvez seja a resposta ao longo da história de como aqueles de ascendência judaica se aculturaram às civilizações dominantes (Whitters, 2017, p. 84, tradução nossa⁸).

É expressiva as similaridades entre Ne 8.1– 8 e a liturgia persa identificada nos relevos em Persépolis, assim como a evolução no conceito de Torá como instrução para lei como decreto nos textos do pós-exílio. A Torá se torna Dat em Esdras e o não cumprimento dela tem consequências, “[...] será castigado rigorosamente: com a morte ou o desterro, com multa ou prisão” (Ed 7.26b). As consequências do não cumprimento da lei, demonstram que o sentido de Torá, antes entendido como instrução, nos textos pré-exílicos, agora tem novo sentido no pós-exílio, devido à influência do Império Persa sob os judeus.

Considerações finais

Os textos de Ed 7.11–26 e Ne 8.1–18 não se limitam apenas ao sentido teológico, mas evidenciam um contexto Imperial Persa por trás das narrativas do envio de Esdras a Judá e da promulgação da Torá. Três objetivos nortearam este artigo e foram cumpridos no desenvolvimento da pesquisa.

Em primeiro, buscou-se compreender a política e a religião persa imperial na história dos séculos V e IV a.C. Na busca pelo contexto histórico do período persa, ficou clara uma política diferenciada de outros impérios. Os persas permitiam crenças e cultos de outras nações, assim como a volta dos exilados para as suas terras. Alguns achados arqueológicos (inscrições) trouxeram luz às relações do governo persa com os povos do seu domínio como: o cilindro de Ciro; o terceiro Isaías da Bíblia hebraica; inscrição de Xanthos na Líbia; inscrição de Udjahorresnet; estátua de Dário; inscrição trilíngue de Behistun e a inscrição de Xerxes.

Em segundo, analisou-se o contexto histórico persa e sua relação com a tradição religiosa judaica para compreender a missão de Esdras sob ordem do rei persa. Vários motivos foram elencados e desenvolvidos a respeito do envio de Esdras a Judá, tais como: elementos do pensamento persa vinculados ao restabelecimento do culto em Judá (disco solar alado – Deus do céu; a figura do rei – Deus; conselheiros – anjos); para aplacar a ira do Deus de Israel por meio de ofertas, garantindo assim, ao rei persa e a seus filhos, um governo estável ou uma relação de troca de favores, em que o apoio financeiro seria retribuído pela bênção divina. Também poderia ser a localização estratégica de Jerusalém no corredor norte-sul, que serviria para impedir revoltas locais; para fortificar o domínio no território contra a expansão grega, ou, então, para manter o Templo funcionando e assegurar o pagamento em dia dos tributos. Considerou-se que todos esses motivos tiveram relação com manter a estabilidade do Império.

⁸ [...] Ezra raises the book—the dāt to Persians and Torah to Jews—instead of promoting himself. Rather, in much the same way that Ahuramazda hovers ahead of the outstretched salute of the Achaemenid king, so Ezra implies that he offers support to the “God of heaven” while not threatening the established Achaemenid hierarchy. This is Ezra’s answer to suspicious Achaemenid subjects who wonder what he is attempting to do in this nationalistic enterprise, and perhaps it is the answer throughout history of how those of Jewish ancestry acculturate to dominant civilizations.

Por último, investigou-se o significado da “lei do rei” (dat) e sua influência sobre a “lei de Deus” (Torá) nos textos de Esdras 7.11-26 e Neemias 8.1-18. Constatou-se uma evolução do significado da palavra Torá nos textos bíblicos. Antes do exílio, a Torá era compreendida como instrução/ensinamento, no pós-exílio, passou a ter o sentido de lei como decreto. Parece que houve uma influência persa para esse entendimento, pois a lei, para os persas, era “dāt” que significava literalmente: “lei”, “estatuto”, “édito” e “decreto”. Esdras tem a missão de inspecionar Judá e promulgar a Torá, que passou a ser a lei do rei e a ter consequências para quem não obedecesse.

Referências Bibliográficas

ALTMANN, Peter. *Economics in Persian-Period Biblical Texts: their interactions with economic developments in the Persian period and earlier biblical traditions*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2016.

ARAÚJO, Matheus Treuk Medeiros de. A inscrição de Behistun (c. 520 a.c.): tradução do texto persa antigo para o português, introdução crítica e comentários. *Revista de História*. São Paulo, n. 182, p. 1-35, 2023. Disponível em: [SciELO Brasil - A INSCRIÇÃO DE BEHISTUN \(C. 520 A.C.\): TRADUÇÃO DO TEXTO PERSA ANTIGO PARA O PORTUGUÊS, INTRODUÇÃO CRÍTICA E COMENTÁRIOS A INSCRIÇÃO DE BEHISTUN \(C. 520 A.C.\): TRADUÇÃO DO TEXTO PERSA ANTIGO PARA O PORTUGUÊS, INTRODUÇÃO CRÍTICA E COMENTÁRIOS](#). Acesso em: 14 de abril de 2025.

WOLF, Herbert. DÄT. In: HARRIS, R. Laird; ARCHER JR., Gleason L.; WALTKE, Bruce K. *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998.

DAVINDSON, Benjamin. *Léxico Analítico Hebraico e Caldaico*. São Paulo: Vida Nova, 2018.

FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. A. *A Bíblia desenterrada. A nova visão arqueológica do antigo Israel e das origens dos seus textos sagrados*. Petrópolis: Vozes, 2018.

FRIZZO, Antonio Carlos. A província de Yehud. In: KAEFER, José Ademar. *Uma história de Israel: leitura crítica da Bíblia e arqueologia*. São Paulo: Paulus, 2022. p. 217–267.

LEITH, M. J. W. Israel among the nations: the Persian period. In: COOGAN, M. D. *The Oxford history of the biblical world*. Cambridge, MA: Oxford University Press, 2001. p. 276-316.

LLEWELLYN-JONES, Lloyd. *Os persas: a era dos grandes reis*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

GASS, Ildo Bohn. *Exílio babilônico e dominação persa: primeiro testamento*. Centro de Estudos Bíblicos. São Paulo: Paulus, 2004.

GERSTENBERGER, Erhard. *Israel in the Persian period: the fifth and fourth centuries B.C.E.* Vol. 8, Atlanta, GA: Society of Biblical Literature biblical encyclopedia, 2011.

GRABBE, Lester, L. *A History of the Jews and Judaism in the Second Temple Period: Yehud: A History of the Persian Province of Judah*. Vol. 01. London: T&T Clark International, 2021.

JOÃO, Maria Thereza David. Heródoto e o Testamento de Udjahor-Resenet. *Revista Cantareira*, Niterói -RJ, v. 2, n.3, s/p, 2005. Disponível em: [Heródoto e o Testamento de Udjahor-Resenet | Revista Cantareira](#). Acesso em: 14 de abril de 2025.

MACEDO, José Marcos Mariani. *Trilíngue de Lētōn. Tradução das versões lícia e grega, com breves comentários linguísticos*. Revista Translatio, n.21, ISSN 2236-4013, Porto Alegre, 2021. Disponível em: [Trilíngue de Lētōn. Tradução das versões lícia e grega, com breves comentários linguísticos | Translatio](#). Acesso em: 14 de abril de 2025.

ROSSI, Luis Alexandre Solano. A pax Persica: o contexto imperial persa. *Revista Ribla*, Vol. 1, n.81 p. 11-20, 2020. Disponível em: [\(78\) A pax Persica: o contexto imperial persa](#). Acesso em: 30 de junho de 2025.

STEINS, Georg. Os livros de Esdras e Nemias. In: ZENGER, Erich, et al. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Loyola, 2003.

TORÁ. HARTLEY, John E. In: *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998.

TOORN, Karel van der. *Israelite religion: from tribal beginnings to scribal legacy*. New Haven: Yale University Press, 2025.

TÜNNERMANN, Rudi. *As reformas de Neemias: a reconstrução de Jerusalém e a reorganização de Judá no período persa*. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2001.

WALTON, John H. *Comentário Histórico-cultural da Bíblia: Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2018.

WHITTTERS, Mark. The Persianized Liturgy of Nehemiah 8:1–8. *Journal of Biblical Literature*. Estados Unidos, Vol. 136, No. 1, pp. 63-84, 2017. Disponível em: [The Persianized Liturgy of Nehemiah 8:1–8 on JSTOR](https://www.jstor.org/stable/10.1215/0022274X-136-1-63). Acesso em: 30 de junho de 2025.

RECEBIDO: 30/06/2025

RECEIVED: 06/30/2025

APROVADO: 30/09/2025

APPROVED: 09/30/2025

PUBLICADO: 09/12/2025

PUBLISHED: 12/09/2025

Editor responsável: Waldir Souza